



## **CONSELHO INTERINSTITUCIONAL PARA GETIF**

**ACCELERAR O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA ECONOMIA  
INFORMAL À FORMAL, NO QUADRO DA RECUPERAÇÃO DA  
ECONOMIA CABO-VERDIANA PÓS-PANDEMIA DO COVID-19**

***Programa Nacional Integrado para a Aceleração da  
Transição da Economia Informal à Formal 2020-2023***

# **NOTA CONCEITUAL**

**PRAIA. CABO VERDE, MAIO DE 2020**



## Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal à Formal 2020-2023

<b>Unidades de Produção Informal</b>	<b>33.228</b>				
<b>Primeira fase</b>	<b>Junho - Dezembro 2020</b>				
<b>Segunda fase</b>	<b>Janeiro 2020-Abril 2023</b>				
<b>Quadro Institucional</b>					
<b>Comissão Interinstitucional para GETIF</b>					
<b>Unidade Nacional de Coordenação</b>					
<b>Comissões Municipais de Transição</b>	<b>11</b>				
Unidades Técnicas	<b>11</b>				
Gestores	<b>11</b>				
Administrativos/contabilidade	<b>11</b>				
Facilitadores	<b>58</b>				
<b>Grandes marcos</b>					
Montagem quadro institucional	<b>Junho de 2020</b>				
Criação do quadro legal (REMPE etc)	<b>Maio - Julho 2020</b>				
Primeira fase	<b>Junho - Dezembro 2020</b>				
Avaliação primeira fase	<b>Dezembro de 2020</b>				
Generalização aos 22 Municípios	<b>Janeiro de 2021</b>				
Avaliação a meio percurso	<b>Dezembro de 2021</b>				
Avaliação final do programa	<b>Abril de 2023</b>				
<b>Desenvolvimento do Programa de Aceleração da Transição da Economia Informal a Formal</b>					
	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2020-2023</b>
<b>UPI formalizadas</b>	<b>4011</b>	<b>21337</b>	<b>7879</b>		<b>33227</b>
<b>Cabo Verde (%)</b>	<b>12,1</b>	<b>64,2</b>	<b>23,7</b>		<b>100</b>
Praia	2000	6000	3572		11572
Santa Catarina de Santiago	1000	1369			2369
Sal	1011				1011
Santo Antão		1753			1753
São Vicente		4200			4200
São Nicolau		557			557
Boa Vista		527			527
Maio		450			450
Resto Santiago		4810			4810
Fogo		1406	4307		5713
Brava		265			265
<b>Orçamento global (CVE)</b>	<b>28.581.792</b>	<b>61.379.661</b>	<b>20.827.312</b>	<b>13.596.128</b>	<b>124.384.893</b>
Despesas com o pessoal (CVE)	14.394.090	53.377.940	16.060.440	1.135.740	84.968.210
Despesas obrigatórias com o pessoal(CV)	21.087.702	38.534.221	11.666.872	12.460.388	83.749.183
Despesas obrigatórias (CVE)	21.122.702	38.594.221	11.726.872	12.470.388	83.914.183



## **i) Introdução**

A presente Nota Conceitual visa fornecer ao Governo um quadro de referência para a elaboração do **Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal à Formal**, com propostas concretas a realizar no quadro do Novo Orçamento do Estado de 2020, bem como ações estruturais para os próximos dois anos.

### **I. CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR INFORMAL**

#### **Conceito:**

**As Unidades de Produção Informal “UPI” são unidades sem forma societária, sem separação de contas entre o indivíduo e a sua atividade produtiva, portanto sem contabilidade organizada, sem Número de Identificação Fiscal, dirigidas por indivíduos, trabalhando por conta própria e operando em atividades não agrícolas.**(PAENCE/CV: Proposta de Estratégia Nacional de Transição da Economia Informal à Formal – Diagnóstico da Economia Informal em Cabo Verde, Praia, Abril 2017.pg.69)

O conhecimento mais avançado sobre o sector informal em Cabo Verde é o fornecido pelo último inquérito realizado pelo INE em 2015 e o diagnóstico realizado, em 2017, no âmbito do Programa de Apoio à Estratégia Nacional de Criação de Emprego em Cabo Verde – PAENCE/CV. Desde então ocorreram mudanças, pelo que utilizaremos estas informações do ponto de vista estrutural e enquanto ordens de grandeza.

Existem 33.228 Unidades de Produção Informal das quais 85,4% são dirigidas pelos promotores, a título de ocupação principal. Pelo menos, 9 em cada 10, não têm o número fiscal nem a contabilidade organizada. É o segmento da economia à margem da administração e fora do circuito formal da economia.

Cerca de 1/3 das Unidades de Produção Informal estão na Cidade da Praia. No sector dos serviços estão 28 em cada 100 UPI, sendo 35 no comércio e 57 na indústria. Apenas 22 em cada 100 tem um local de uso exclusivo para a atividade produtiva.

As Unidades de Produção Informal são relativamente recentes. Tem em média 10,5 anos e mais de 2/5 das UPI nasceram nos últimos 5 anos.

#### **Mão d’Obra e emprego no sector informal**



*As UPI têm em média 1,2 pessoas, ou seja, cerca de 39.874 trabalhadores, sendo que 87 em cada 100 tem apenas uma pessoa. Apenas 6% das UPI empregam ao menos uma pessoa e 77 em cada 100 trabalhadores são trabalhadores por Conta Própria. Cerca de 83% do emprego nas UPI é considerado vulnerável, ou seja, TCP ou trabalhadores familiares sem remuneração.*

*O trabalhador do sector informal tem baixo nível de instrução. Pelo menos 56% tem o ensino básico e cerca de 1/3 tem o nível secundário.*

*Cerca de 86 em cada 100 aprenderam o ofício no trabalho. As mulheres constituem a maioria dos trabalhadores das UPI. Estas estão sobretudo no comércio onde representam  $\frac{3}{4}$  dos trabalhadores.*

*Os trabalhadores das UPI tem em média 40,2 anos, ou seja, são adultos e tem em média 6,1 anos de estudos. Os jovens de menos de 25 anos tem baixo peso (12%)*

*O rendimento médio mensal do emprego informal é de 30 600 ECV, sendo 32 700 ECV no meio urbano e 23 000 ECV no meio rural).*

### **Capital, financiamento e investimento**

*Em média, as UPI têm capital de 386.039 ECV, sendo 182.242 ECV no meio rural e 440.620 ECV no meio urbano. O capital é constituído, predominantemente, por terrenos/locais (73%), máquinas (15%), veículos (8%).*

*Nos últimos 12 meses, os investimentos realizados pelas UPI atingiram cerca de 3.325.173 ECV, com destaque para as da Cidade da Praia que atingiram, em média, 6.845.500 ECV. As UPI financiam os seus investimentos com recursos próprios sendo que apenas 5% recorreram a empréstimos cujo valor médio é de 337.786 ECV, sendo 139.236 ECV no meio rural e 346.215 ECV no meio urbano. Os empréstimos são, no essencial (73%) afetados à compra da matéria prima.*

*Estima-se em 2.376 milhões de CVE, o volume de negócios mensal do sector informal, sendo a produção no valor de 1.491 milhões de CVE e o Valor Acrescentado em 1.215 milhões de CVE*

*Em termos de custos, os consumos intermédios atingem mensalmente 275,5 milhões de CVE, a massa salarial é de 85,3 milhões de CVE e os impostos e taxas atingem 19,7 milhões de CVE. O Excedente Bruto de Exploração é de 1.110,4 milhões de CVE e o Valor Acrescentado representa 82% da produção.*



O Valor Acrescentado por trabalhador (produtividade aparente por trabalhador) é de 28.932 ECV e o valor acrescentado por hora de trabalho é de 236,5 ECV, A produtividade aparente de capital é de 25,8 ECV.

## **II. ACELERAR A FORMALIZAÇÃO DA ECONOMIA NO PÓS-PANDEMIA DO COVID 19**

*A situação de pandemia propicia a massificação da inscrição no Cadastro Social Único e da abertura das contas bancárias.*

*Em contexto de crise, as pessoas são mais propensas à mudança. Parte importante dos trabalhadores do sector informal terão seus agregados familiares inscritos no Cadastro Social Único com indicação da respetiva conta bancária e assim, estão reunidas condições para a aceleração da formalização da economia informal. A maioria dos trabalhadores do sector informal integra o que, universalmente, se chama de grupos de difícil cobertura.*

### **2.1. Um ambiente cada vez mais favorável à formalização**

*De 2016 até antes da pandemia, o contexto mudou consideravelmente, ou seja, favorecendo a formalização.*

*A existência do REMPE incentiva à formalização. Assim, o número de segurados passou de 76.785 em 2015 para 98.059 em 2018, sendo que os inscritos no REMPE passaram de 330 em 2015 para 10.685 em 2018. Dos 21.274 novos segurados, 10.355 são do REMPE, constituindo-se em principal responsável (49%) pelo crescimento dos segurados. Isto evidencia a dinâmica da formalização nesses 3 anos.*

*O ecossistema de financiamento da economia ganhou consistência e adesão. Até finais de 2019, cerca de 1 milhão de contos foram desembolsados em financiamentos a empresas no âmbito do ecossistema. Esta é assim uma grande oportunidade. No decurso deste ano previa-se injetar cerca de cinco milhões de contos nas empresas e em suma na economia através desse mecanismo.*

*Os programas de promoção do empreendedorismo fizeram um sólido percurso e o ambiente de negócios melhorou consideravelmente e globalmente melhorou a confiança das empresas e das famílias.*



## **2.2 Estratégia de transição da economia informal para o formal**

O Governo de Cabo Verde dispõe de uma estratégia de transição da economia informal para o formal que porventura não chega ao nível operacional que é deixado como mandato para a Comissão Interministerial de Transição da Economia Informal para Formal, já formalmente constituída.

**A Estratégia de transição da economia informal para o formal elenca como problemas fundamentais do combate a informalidade:**

- Um ambiente legal e processos administrativos públicos desestimulantes;
- Uma insuficiência de informação em relação ao fenómeno ao nível sectorial;
- Fraca supervisão e controle da operação económica, incluindo as UPIs;
- Insuficientes mecanismos de comunicação entre as diferentes partes interessadas
- Uma descoordenação da ação dos principais intervenientes mandatados e sobretudo;
- Ausência de um programa nacional para enfrentar e diminuir a informalidade.

O Governo instituiu por Resolução Nº 45/2018 de 21 de Maio, Comissão Interinstitucional para a Gestão Estratégica da Transição da Economia Informal à Formal designada Comissão Interinstitucional para GETIF coordenada pelo Membro do Governo Responsável pela área das Finanças integrado pelo:

- Chefia do Governo através do Ministro Adjunto para a Integração Regional;
- Direção Nacional de Receita do Estado;
- Direção Nacional da Indústria Comercio e Energia;
- Direção-Geral do Emprego Formação Profissional e Estágios Profissionais;
- Direcção-Geral do Trabalho;
- Direcção-Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Família e Inclusão Social;
- Unidade de Promoção e Desenvolvimento de Microfinanças;
- Instituto Nacional de Previdência Social;
- Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto de Igualdade e Equidade de Género;
- Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos;
- Centrais Sindicais;
- Plataforma das ONGs de Cabo Verde.

Pela mesma Resolução, o Governo adotou a Agenda Interinstitucional para GETIF que deve ser implementada através de um Programa Nacional Integrado para a transição da economia informal à formal.





*Por este instrumento “CN”, propõe-se um Plano de Ação para a elaboração do Programa Nacional Integrado para a Aceleração da transição da economia informal à formal para o período 2020-2023 e a implementação de 2 (dois) projetos-piloto nos Concelhos da Praia e Santa Catarina de Santiago, respetivamente.*

### **III. UM AMBIENTE ECONÓMICO E INSTITUCIONAL PARA POTENCIAR AS VANTAGENS DA FROMALIZAÇÃO DA ECONOMIA INFORNAL.**

*A economia informal responde com vantagem à demanda de uma parte do mercado para a qual é competitiva. Não nasce para furar a lei e esquivar à economia formal, mas sim porque a formalização é, frequentemente, uma teia de burocracia para a qual considera não estar preparada.*

*A economia informal não beneficia, - na maioria dos casos, dos incentivos do Estado, mas é o segmento mais resiliente da economia e, assim, com potencial de adaptação e de aproveitamento do contexto, mas também de mais difícil abordagem, focalização, monitoramento e avaliação, bem como de mais difícil gestão.*

*Assim, promover a formalização pressupõe fornecer evidências de vantagens em termos do aumento do rendimento líquido, de proteção social, de incentivos, designadamente fiscais, de mercado e de acesso à formação e assistência técnica à organização e gestão.*

***A economia informal carateriza-se pela sua transversalidade, implantação local/comunitária e por uma forte concentração nos centros urbanos.***

*A grande maioria, ou seja, cerca 80 em cada 100 UPI, estão no meio urbano, pelo que promover a formalização significa densificar o tecido empresarial urbano e contribuir para modernizar a economia no meio urbano de Cabo Verde, e, no geral para a promoção do desenvolvimento económico local, contribuindo, inclusive, para a qualificação do território enquanto espaço produtivo, bem como para uma melhor transmissão e aplicação das medidas de política económica nos territórios.*



#### **IV. PROGRAMA NACIONAL INTEGRADO PARA A ACELERAÇÃO DA TRANSIÇÃO DA ECONOMIA INFORMAL À FORMAL**

##### **▪ OBJECTIVOS GERAIS**

*Com o Programa Nacional Integrado para a aceleração da Transição da Economia Informal à Formal, pretende-se alcançar os seguintes objetivos gerais:*

- a) a integração da economia informal no sistema económico formal do país;*
- b) a organização e a densificação do tecido empresarial;*
- c) o aumento do rendimento e da produtividade;*
- d) a criação de emprego decente, a melhoria do mercado do trabalho e a promoção da sã concorrência;*
- e) o crescimento económico inclusivo e o aumento das receitas fiscais e;*
- f) e a melhoria da eficácia e do impacto na transmissão das medidas de política económica, fiscal e monetária.*

##### **▪ OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

*O Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal à Formal preconiza realizar, até dezembro de 2023:*

- a) efetivar a formalização, no fim do Programa/2023, de cerca de 33.200 Unidades de Produção Informal, tomando como base o estudo a ser realizado no 3º Trimestre do corrente ano, sendo:*
  - Cerca de 4.000 UPI ou seja 12%, durante a primeira fase (maio de 2020 a janeiro de 2021) nos Concelhos da Praia, Santa Catarina de Santiago e Sal, respetivamente;*
  - Cerca de 21.300 UPI no segundo ano do Programa (janeiro – dezembro 2021), o equivalente a ou 64% do universo;*
  - Cerca de 7.900 UPI no terceiro ano de vida do Programa (janeiro-dezembro 2022) o equivalente a 24% do universo;*
  - Capacitar os responsáveis das empresas resultantes da formalização das UPI. nos domínios da gestão de pequenos negócios, administração e contabilidade aplicadas;*
  - UPI formalizadas,*





- *Capacitar e reforçar o papel das mulheres no desenvolvimento das empresas, resultantes da formalização das UPI.*

- **ÂMBITO E ABRANGÊNCIA**

*O Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal é de âmbito nacional e será implementado, no primeiro ano de atividade, nos Concelhos da Praia e Santa Catarina de Santiago, respetivamente, através da execução de dois projetos-piloto.*

*A sua abrangência é multissetorial, contemplando:*

*a). Todo o comércio informal, ou seja, os Rabidantes das feiras e mercados, fixos quanto ambulantes;*

*b) As Unidades de produção de grogue, de pesca artesanal, oficinas de mecânica-auto, pedreiros, carpinteiros, canalizadores, pintores, eletricitistas, artesãos e outros da construção civil, exercendo a título independente, as unidades de produção de inertes, os lavadores de carro, os artistas exercendo a título independente, salões de cabeleireiro, barbearias informais, unidades de transporte terrestre de aluguer não constituídas em empresas, guias turísticos exercendo a título independente, trabalhadores das atividades artísticas, desportivas e recreativas exercendo a título independente.*

- **CONTEÚDO**

***O Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal à Formal compreende:***

- ✓ *A realização de um novo estudo sobre atividade informal em contexto de crise económica pós-COVID 19;*
- ✓ *A revisão do REMPE adequando-o para incentivar a formalização;*
- ✓ *A implementação de dois Projetos-Piloto de transição da economia informal nos Concelhos da Praia e de Santa Catarina de Santiago, respetivamente, por um período de 8 meses;*
- ✓ *Finalização e a aprovação do Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal à Formal 2020-2023.*



***A formalização das Unidades de Produção Informal privilegiará a constituição de empresas no REMPE, mas também a constituição de sociedades cooperativas e de outra natureza, procurando escala.***

*A transformação das Unidades de Produção Informal em empresas no REMPE será feita, preferencialmente, nas Unidades Técnicas, nos Centros de Emprego e Formação Profissional da Praia e Santa Catarina, nas Delegações do INPS, nos Balcões Únicos instalados na Câmara Municipal de Santa Catarina, nas Delegações Municipais e nos Balcões da Casa do Cidadão na Cidade da Praia.*

*Para acelerar o processo de formalização - constituição de empresas no REMPE - poderão ser criados aplicativos, que permitam os Facilitadores assistirem as UPI nos seus locais de trabalho e/ou de residência (22 em cada 100 UPI têm local exclusivo para o exercício da sua atividade produtiva).*

*Para a criação de sociedades cooperativas, tanto para a produção de bens e serviços, como para a utilização em comum de serviços, instalações e equipamentos, os Conselhos Municipais de Transição recorrer-se-ão aos serviços especializados de terceiros, mediante concurso.*

***É necessária uma revisão pontual das disposições sobre as sociedades cooperativas, insertas no Código das Sociedades Comerciais, recentemente alterado, reduzindo de 6 para 3 o número mínimo exigido para a constituição de sociedades cooperativas. Assim, ficariam mais alinhadas com o REMPE.***

#### ▪ **PRINCIPAIS ATIVIDADES**

##### ***At.1. Novo estudo sobre atividade informal em contexto de crise económica pós-COVID 19***

*O inquérito sobre o sector informal foi realizado em 2015, ou seja, há 5 anos e desde então ocorreram mudanças sensíveis. Por um lado, a economia retomou o crescimento por 4 anos consecutivos, ou seja, de 2016 a 2019. Ocorreram 3 anos de seca de que resultaram a destruição de valor e de emprego na agricultura e a destruição de pelo menos 13.713 empregos, nos dois primeiros, especialmente no meio rural, podendo ter aumentado a pressão sobre os centros urbanos e eventual aumento da atividade informal.*

*Indiscutivelmente, de 2016 até antes da pandemia, o contexto mudou consideravelmente, ou seja, favorecendo a formalização. A existência do REMPE incentiva à formalização. Assim, o número de segurados passou de 76.785 em 2015*



*para 98.059 em 2018, sendo que os inscritos no REMPE passaram de 330 em 2015 pra 10.685 em 2018. Dos 21.274 novos segurados, 10355 são do REMPE, constituindo-se em principal responsável (49%) pelo crescimento dos segurados. **Isto evidencia a dinâmica da formalização nesses 3 anos.***

*O ecossistema de financiamento da economia ganhou consistência e adesão. Até finais de 2019, cerca de 1 milhão de contos foram desembolsados em financiamentos a empresas no âmbito do ecossistema. Esta é assim uma grande oportunidade. No decurso deste ano previa-se injetar cerca de cinco milhões de contos nas empresas e em suma na economia através desse mecanismo*

*Os programas de promoção do empreendedorismo fizeram um solido percurso e o ambiente de negócios melhorou consideravelmente e globalmente melhorou a confiança das empresas e das famílias.*

*No entanto, com a pandemia do COVID-19, verifica-se uma redução drástica da atividade económica e inclusive a entrada em recessão. Milhares de empregos poderão ser perdidos e necessariamente deverá aumentar a pressão sobre os centros urbanos e o recrudescimento da atividade informal, em especial o comércio informal ambulante.*

*Assim o Governo deve priorizar com o INE a realização de um novo inquérito no 3º trimestre do corrente ano, ou seja, logo que estiverem removidas as restrições à mobilidade interna e internacional.*

***At.2. Revisão do REMPE adequando-o para incentivar a formalização, introduzindo a dimensão organizacional e assistência à gestão das atividades e unidades formalizadas – micro e pequenas empresas.***

***O REMPE é o mecanismo por excelência de promoção da formalização, mas falta-lhe completude organizacional de assistência à gestão às MPE. Assim, O Governo deverá criar, imediatamente, uma equipe de trabalho para a revisão, com base na experiência e na avaliação feita do regime adequando-o para acelerar a formalização.***

*A revisão do Regime do REMPE deve resolver os seguintes problemas já identificados:*

***Problema 1. Pesada burocracia mensal de declaração e pagamento de impostos.***



**Solução 1.** O TEU não tem que ser pago todos os meses. Pode ser, por exemplo, de 3 em 3 meses. Em cada Concelho as MEP poderão organizar-se em associações ou contratar serviços especializados, ou ainda integrar organizações existentes para a utilização em comum de serviços de assessoria nas áreas fiscal, contabilidade e gestão.

**Problema 2.** As Unidades de Produção Informal não estão interessadas a pagar impostos.

**Solução 2.** Implementar ações de sensibilização, com base nas vantagens reais que a formalização proporciona aos agentes económicos (micro, pequeno, médio e grande), em pé de igualdade, em termos de segurança social, proteção de rendimento, apoio financeiro, facilidades fiscais, em situações de crises graves e garantia de acesso às medidas de políticas públicas, como o que o País está a viver.

**Solução 2.1.** Intensificar a ação de apoio à promoção/reforço das organizações, tanto para funções representativas, como as de apoio institucional aos associados, facilitando o relacionamento com os Poderes Públicos e os demais agentes económicos e sociais.

**Problema 3.** A base de incidência do cálculo segurança social e o impacto da aplicação do REMPE em diferentes sectores de atividade indicam a necessidade de adequação da carga fiscal à realidade das Micro e Pequenas Empresas.

**Solução 3:** Revisão profunda do REMPE para favorecer e incentivar a inscrição e o pagamento do Tributo Especial Unificado, sendo o objetivo maior a organização do tecido produtivo do país, integrada nas reformas institucionais em curso.

**Problema 4.** A crise do COVID-19 revelou que uma das insuficiências do REMPE é a não cobertura do subsídio de desemprego ou outras medidas de proteção dos rendimentos em caso de desemprego ou de crises.

**Solução 4.** A revisão do regime jurídico do REMPRE contemplará a proteção dos rendimentos em contexto de perda de emprego ou de paralisação de atividades, mormente em períodos de crise.

**Problemas 5.** A economia informal incrementa as possibilidades de concorrência desleal.



**Solução 5.** *Melhor fiscalização para a sã concorrência e assim garantir eficácia das medidas para a formalização. Reforçar a sensibilização para aumentar a notoriedade do REMPE*

**Problema 6.** *É ainda bastante insuficiente o conhecimento sectorial da atividade informal.*

**Solução 6.** *Aprofundar o conhecimento sobre a economia informal, como um todo, e as características setoriais, a dimensão comportamental dos agentes e as dinâmicas de interação entre as UPI (cooperação e ajuda-mútua, reciprocidade, mutualização de serviços, etc.), bem como as relações/interações com os setores público, privado da economia formal e da Economia Social (modalidade de compra, de fornecimento, financiamento, etc.), numa perspetiva de pesquisa-ação.*

**A revisão do REMPE deve consumir-se antes da aprovação do novo Orçamento do Estado de 2020, devendo o regime ser acolhido por esse orçamento e os dos anos seguintes.**

### **At.3. IMPLEMENTAÇÃO DA PRIMEIRA FASE DE TRANSIÇÃO DA ECONOMIA INFORMAL À FORMAL**

**A IMPLEMENTAÇÃO DA PRIMEIRA FASE DO PROGRAMA DE TRANSIÇÃO VISA, ALÉM DA FORMALIZAÇÃO DE 12% DAS UPI RECENSEADAS NOS 3 CONCELHOS, TESTAR OS INSTRUMENTOS E SISTEMATIZAR A METODOLOGIA APLICADA (PESQUISA-AÇÃO), E AS BOAS PRÁTICAS COM VISTA À SUA GENERALIZAÇÃO PARA OS RESTANTES 19 MUNICÍPIOS.**

Na 1ª fase do Programa serão realizadas as seguintes ações:

#### **1. Elaboração do plano operacional de mobilização e formalização das Unidades de Produção Informal**

O plano operacional de mobilização e formalização das Unidades de Produção Informal para a fase piloto será elaborado em duas etapas:

A 1ª fase contemplará os Concelhos da Praia e de Santa Catarina, na ilha de Santiago, e a ilha do Sal, sendo o prazo de execução de 8 meses. A 1ª fase de execução do Programa será avaliada, devendo as boas práticas e os resultados alcançados serem introduzidos no Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal à Formal nos restantes 19 Concelhos do País, de 2021 a 2023.





### **1.1. Atividades de preparação**

*Elaboração e execução do Plano operacional de mobilização e formalização das Unidades de Produção Informal nos Concelhos da Praia, Santa Catarina de Santiago e do Sal, compreende a realização das seguintes atividades:*

- a) Consensualização da filosofia de abordagem e da metodologia de intervenção;*
- a) Aprovação da estrutura de coordenação nacional do Programa, das Unidades Técnicas e do parceiro técnico de implementação ao nível local;*
- b) Elaboração dos instrumentos de funcionamento dos Conselhos Municipais (atribuições e competências e regimento interno), sua organização interna e da carta de missão das Unidades Técnicas (descritivo de funções de cada colaborador, normas de funcionamento e carta de missão);*
- c) Elaboração dos TdR para recrutamento do pessoal para as Unidades Técnicas ou empresas/gabinete de consultoria e dos Facilitadores Locais;*
- d) Preparação inicial dos Facilitadores Locais;*
- e) Aprovação de um plano de comunicação multimédia, com a participação direta dos agentes económicos informais como sujeito/destinatário;*
- f) Mapeamento e caracterização das UPI existente em cada Concelho;*
- g) Elaboração de um diagnóstico rápido, para o estabelecimento do Perfil das UPI;*
- h) Elaboração dos relatórios síntese da situação das UPI na Praia, Santa Catarina e do Sal;*
- i) Realização de três Ateliers de validação dos relatórios/síntese;*
- a) Elaboração dos planos de operacionalização dos processos de transição, com objetivos, atividades, metas, resultados esperados, indicadores de avaliação, calendário de execução e orçamentos (quadro lógico simplificado) dos três Concelhos;*
- b) Definição e mecanismos de seguimento e avaliação;*
- c) Realização de um atelier de capitalização, reunindo todos os intervenientes, no final da 1ª fase do Programa.*

### **1.2. Atividades de terreno com as UPI**





*A segunda fase, consiste no desenvolvimento do trabalho de campo na interação direta com os agentes da economia informal, identificados na primeira fase, no qual se destacam:*

- a) Ações de sensibilização/informação sobre as vantagens de integração das atividades económicas informais no sistema económico formal do país (exemplo: a situação provocada pela COVID-19);*
- b) Assistência no processo de criação das empresas, enquadradas no Regime REMPE, com a colaboração da Casa do Cidadão e mediante um aplicativo concebido para o efeito e demais parceiros;*
- c) Assistência no processo de criação, instalação e funcionamento de organizações representativas das empresas criadas e formação dos dirigentes sobre a governança associativa, o regime jurídico do REMPE, etc.;*
- d) Acompanhamento, por um período de 3 meses, após a conclusão do processo de transformação/formalização.*

### **1.3. Consolidação empresas formalizadas e criadas no quadro da 1ª Fase do Programa.**

*Trata-se de uma intervenção, que visa apoiar a consolidação das empresas formalizadas nesta primeira fase, através das seguintes atividades: (i) acompanhamento e assistência técnica à organização e gestão; (ii) elaboração do relatório de impacto da 1ª fase; (iii) elaboração do roteiro nacional para o processo de transição da economia informal à formal, contemplando os restantes 19 Municípios.*

*Em função da dinâmica do processo de formalização, havendo condições financeiras e institucionais, no âmbito da 1ª Fase, poderão ser contemplados mais Municípios.*

## **V. INTEGRAÇÃO, COMPLEMENTARIDADES E SINERGIAS**

*O Programa Nacional de Transição da Economia Informal à Formal integra-se nos objetivos nacionais, designadamente a Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde: Ambição 2030, e, na sua implementação, se articulará com as políticas setoriais, programas e projetos que tenham por objetivos a inclusão produtiva, a luta contra a pobreza, a promoção do emprego e da empregabilidade, o desenvolvimento económico local, designadamente o fomento do microempendedorismo, microcrédito produtivo, POSER, Rendimento Social de*



*Inclusão, Planos Estratégicos Municipais de Desenvolvimento Sustentável “PEMDS” e demais ações do Governo e das Instituições Públicas que promovam o desenvolvimento através da assistência técnica, formação, doação de equipamentos, materiais ou apoio financeiro reembolsável ou sob a forma de donativo, buscando a complementaridade e sinergias, criando um quadro de coerência pública da ação governativa, quanto à formalização da economia.*

## **VI. ORGANIGRAMA DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSIÇÃO**

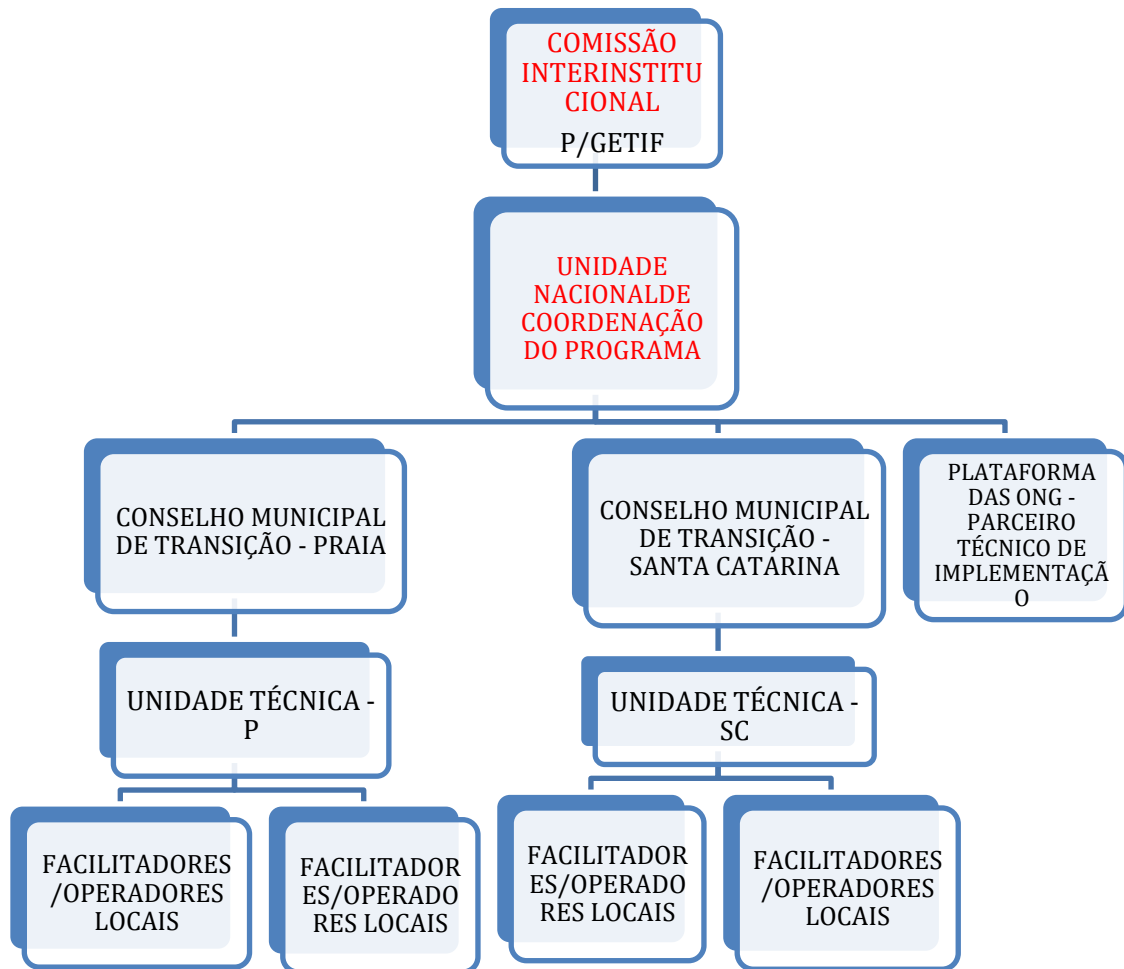
*O organigrama, abaixo indicado, está concebido para assegurar um elevado grau de operacionalidade, apostando, simultaneamente, na concertação, articulação intersectorial em ação e na autonomia da componente operacional do Programa: as Unidades Técnicas e os Facilitadores Locais/Comunitários.*

*Pretende-se, assim, encurtar a cadeia do processo de tomada de decisões, pelo que o descritivo das funções de cada interveniente deve ser previamente elaborado e consensualizado com todos os parceiros do Programa.*

*Nesta perspetiva, torna-se necessário um forte investimento na preparação, orientação e monitoramento dos Facilitadores Locais (indivíduos e organizações locais), pois são eles que assegurarão o trabalho direto e no terreno com as UPI.*

*A metodologia de ação dos Facilitadores é a de “coaching” territorial (áreas de residência, mercados, feiras, etc.), isto é cada Facilitador terá uma área geográfica de intervenção, segundo o rácio de 1 Facilitador para cada 50 UPI.*

*O treinamento em técnicas e metodologias de intervenção, o aconselhamento das Unidades Técnicas e o acompanhamento no terreno dos Facilitadores Locais/Comunitários ficarão a cargo da Plataforma das ONG, na qualidade de parceiro técnico para a implementação do Programa.*



O Comité Interinstitucional para a Gestão Estratégica da Transição da Economia Informal à Formal é formalmente designado Comité Interinstitucional e funciona como órgão de orientação política.

A operacionalização do Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal à Formal 2020-2023 terá uma coordenação técnica de alto nível, assegurada pela Unidade Nacional de Coordenação, coordenada por um especialista que faz a ponte com o Vice-Primeiro Ministro e dois especialistas destacados pelo MF ou recrutados, em regime de exclusividade, para o período do programa. A parte administrativa e financeira será assegurada por um técnico, destacado pelo Ministério das Finanças.

*Os Conselhos Municipais de Transição serão compostos pelas Câmaras Municipais, que preside, pelos Centros de Emprego e Formação Profissional, que copreside, ou por entidades que se encontrem em melhores condições de assegurar a copresidência, Delegação do INPS, Chefe das Repartições de Finanças da Praia e*



*de Santa Catarina de Santiago, representante da PROEMPRESA, representante da Associação das Instituições de Microfinanças, representante da Plataforma das ONG, representante da CCISS (Praia), representante da ACAISA (Santa Catarina) e pelos representantes de cada setor de atividade informal mais expressiva em cada Concelho.*

*As Unidades Técnicas, serão constituídas por técnicos destacados, por despacho do Ministro das Finanças.*

*Os Facilitadores podem ser indivíduos, que reúnam os requisitos fixados ou as organizações locais, designadamente associações, ONG. Podem ser, preferencialmente, recrutados junto dos inquiridores do INE e de profissionais e ativistas das Organizações da Sociedade Civil.*

*A Plataforma das ONG, na qualidade de parceiro técnico para a implementação presta assessoria técnica e metodológica à Unidade Nacional de Coordenação, aos Conselhos Municipais de Transição e às Unidades Técnicas, bem como assegura treinamento e o acompanhamento dos Facilitadores na sua ação junto das UPI, a*

*Os TdR dos Conselhos Municipais de Transição, das Unidades Técnica e dos Facilitadores serão aprovados pela Unidade Nacional de Coordenação do Programa, sob a proposta dos Conselhos Municipais de Transição*

## **VII. Avaliação da 1ª Fase e finalização do Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal à Formal 2020-2023**

*Em janeiro de 2021, a Comissão Interinstitucional para GETIF realizará uma avaliação detalhada dos resultados da 1ª fase de implementação do Programa, nas vertentes da metodologia, da comunicação e mobilização, do mecanismo de execução e da abordagem ativa e especialmente do cumprimento dos objetivos e das metas.*

*Com base na avaliação feita, a Comissão Interinstitucional para GETIF fará as devidas revisões e avançará com a extensão para os restantes 19 Concelhos de Cabo Verde.*



## **VIII. PLANO NACIONAL DE TRANSIÇÃO: EXTENSÃO PARA 19 CONCELHOS**

*Na fase de extensão do Plano Nacional de Transição para 19 Concelhos serão aplicadas as estruturas, os processos, as metodologias e os instrumentos, com a finalidade de replicar as boas práticas desenvolvidas na 1ª fase de implementação do Programa, com as necessárias adaptações em cada Concelho. No geral, as atividades a serem realizadas retomam o alinhamento utilizado na implementação da 1ª Fase, com as necessárias adaptações aos contextos de cada Concelho.*

*O roteiro nacional para a fase de extensão da transição da economia informal à formal será aprovado no atelier de balanço e de capitalização dos resultados de execução da 1ª Fase do Programa, a ter lugar em janeiro de 2021.*

### **Aprovação Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal à Formal 2020-2023**

*O Plano Nacional Integrado para a Aceleração da Transição será aprovado em janeiro de 2021, pela Comissão Interinstitucional para GETIF. Será elaborado, essencialmente, a partir dos resultados conseguidos durante a 1ª Fase de execução do Programa e compreenderá dois sub-programas:*

**Sub-programa 1:** *Consolidação das empresas do Regime do REMPE, criadas na 1ª Fase do Programa e das suas organizações representativas e/ou de prestação de serviços de interesse comum;*

**Sub-programa 2:** *Extensão do processo de transição aos 19 Concelhos do País. O processo de transição das Unidades de Produção Informal decorrerá, em simultâneo, nos 19 Concelhos de Cabo Verde, visando atingir as metas por Concelho, grupo de atividade económica e a nacional.*

### **Monitorização e avaliação do Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal à Formal 2020-2023**

**A Monitorização e avaliação utilizará a seguinte metodologia:**

- *As Unidades Técnicas elaborarão e submeterão aos Conselhos Municipais de Transição **relatórios mensais de progresso**, mediante modelo previamente aprovado. Os relatórios mensais incidirão sobre o grau de*



*cumprimento das atividades programadas, das metas atingidas e a aplicação dos recursos, com base nos orçamentos aprovados.*

- *Os Conselhos Municipais de Transição, com base nos relatórios mensais, elaboração **relatórios trimestrais** que, além do conteúdo dos relatórios mensais, avaliarão o impacto e outros aspetos de natureza qualitativa.*
- *Serão feitas uma avaliação a meio-percurso e uma avaliação final de impacto da 1ª Fase do Programa. Para o efeito, serão realizados três seminários/ateliers locais (avaliação de meio-percurso) e um seminário/atelier conjunto de validação do relatório final de impacto, envolvendo os 3 Concelhos.*
- *Na fase de extensão do Programa Nacional será aplicado o mesmo método de avaliação, mediante elaboração de relatórios mensais e trimestrais de progresso. Serão feitas 6 avaliações a meio-percurso, sendo 1 de âmbito nacional em **Dezembro de 2021**, que aprovará também o roteiro para o último ano do Programa.*
- *Em janeiro-março de 2023, o INE realizará um novo inquérito ao sector informal.*
- *Em abril de 2023 o Governo fará a avaliação final do Programa Nacional Integrado para a Transição da Economia Informal à Formal 2020-2023, organizando, para o efeito, uma Conferência Nacional.*

***A avaliação final do Programa utilizará os dados do novo inquérito sobre o sector informal realizado pelo INE, bem como a avaliação da realização dos objetivos ou seja, o nível de integração da economia informal no sistema económico formal do país, a contribuição para a organização e a densificação do tecido empresarial, para o aumento do rendimento e da produtividade, para a criação de emprego decente e a melhoria do mercado do trabalho e a promoção da sã concorrência, para o crescimento económico inclusivo e o aumento das receitas fiscais e para a melhoria da eficácia e do impacto na transmissão das medidas de política económica, fiscal e monetária.***





- *O Parceiro Técnico de implementação do Programa Nacional de Transição – Plataforma das ONG de Cabo Verde -, prestará assessoria à Unidade Nacional de Coordenação do Programa, e aos Conselhos Municipais na preparação e organização dos seminários/ateliers locais, dos seminários de avaliação a meio-percurso e da Conferência Nacional de avaliação do Programa Nacional de Transição 2020-2023.*

## **IX. ORIENTAÇÕES E NOTAS METODOLÓGICAS**

### **1. Para a elaboração do plano operacional para a implementação da 1ª fase do Programa – Praia, Santa Carina de Santiago e a Ilha do Sal.**

*A 1ª fase, decorre de **Julho a Dezembro de 2020**. Tomando como base o estudo realizado no 3º Trimestre do corrente ano, a meta para a formalização nesta fase é fixada em 12% das Unidades de Produção Informal existentes nos Concelhos da Praia, Santa Catarina de Santiago e do Sal.*

*Os Conselhos Municipais de Transição, sob a proposta das Unidades Técnicas aprovarão os Planos Operacionais e os respetivos Roteiros para a transição. Os roteiros para a transição ultrapassam o período de vida da 1ª fase (oito meses), pois serão aplicáveis aos restantes 19 Municípios na fase de extensão do Programa Nacional.*

*Em função dos resultados de avaliação a meio-percurso (dezembro 2021) será elaborado um roteiro ajustado para o fim do Programa Nacional de Transição.*

**Para a elaboração dos planos operacionais para a 1ª Fase do Programa devem ser cumpridas as seguintes etapas:**

#### **1.1. Quantificação/atualização da UPI, elaboração do perfil dos mesmos e o seu agrupamento por setor de atividade e implantação territorial.**

*Para tanto, serão utilizadas as estatísticas disponíveis, bem assim os dados consolidados do Cadastro Social Único, das Câmaras Municipais que fazem o licenciamento das atividades e gerem os mercados e feiras, do INPS, quanto disponibilizados pelas associações de classes como as associações de rabidantes, de pescadores e outras fontes relevantes.*



## **1.2. Elaboração de listagem nominativa dos trabalhadores**

*Com recurso às mesmas fontes acima referidas, proceder-se-á à listagem nominativa dos trabalhadores das Unidades de Produção Informal ou seja dos rabadantes e operadores das feiras e mercados, fixos quanto ambulantes, dos produtores de aguardente, pescadores, mecânicos, pedreiros carpinteiros, produtores de inertes, lavadores de carro, pintores, artistas, artesãos, canalizadores, trabalhadores domésticos, atletas, cabeleireiras, barbeiros, condutores de viaturas de aluguer, guias turísticos, trabalhadores das atividades artísticas, de espetáculos, desportivos e recreativos.*

## **1.3. Definição da filosofia de abordagem e da metodologia de intervenção**

*Para a elaboração da filosofia de abordagem e da metodologia de intervenção serão levados em conta os seguintes pressupostos:*

- a) Abordagem participativa em todas as fases do processo, envolvendo todos os intervenientes;*
- b) Definição do quadro de atores, com a repartição de funções para cada um, com o objetivo de, por um lado, evitar sobreposições e redundâncias e, por outro, fazer sinergias nas ações;*
- c) Inventariação dos programas, projetos e ações governamentais de âmbito setorial, bem como dos programas e projetos municipais, com vista a promover a sua integração no Programa Nacional de Transição em todos os 22 Municípios do país;*
- d) Implementação do planeamento participativo das atividades a serem realizadas, fixando objetivos, metas, resultados esperados e indicadores de desempenho para cada interveniente, bem como o desempenho global das Unidades Técnicas;*
- e) Operacionalização do método de avaliação periódica, assente em resultados previstos, de natureza quantitativa e qualitativa;*
- f) Definição de uma estratégia de comunicação multimédia, assente nas necessidades/expectativas e obrigações das UPI, nos objetivos e importância*



*da formalização da economia, bem como da atuação de todos os agentes económicos dentro do quadro legal e regulatório do país, tendo por referência o plano de comunicação do Programa Nacional.*

- g) Abordagem género tendo em conta o peso específico das mulheres, predominantemente, chefes de família e responsáveis pelas UPI.*

## **2. Para a definição de uma estratégia nacional de comunicação:**

*Para que a estratégia de comunicação produza os resultados esperados, terá que ser estruturada a dois níveis:*

### **2.1. Comportamental:**

***O objetivo 1.** é conhecer a **perceção** que as UPI têm do REMPE, do pagamento do imposto e da contribuição para a segurança social. Igualmente conhecer a **perceção** que as UPI têm do seu estatuto social, da importância do seu papel económico, na promoção da ascensão social dos filhos e no desenvolvimento do país;*

***O objetivo 2.** é conhecer a perceção que as UPI têm do papel do Estado, desconstruindo a perceção de que os Estado, através do Fisco e do INPS, pretendem conhecer as UPI com vista a reforçar o seu controlo sobre as mesmas.*

### **Resultado esperado:**

- 1. Autoestima das UPI elevada, autorreconhecimento da importância da sua atividade económica no desenvolvimento do país, devido ao seu contributo na criação de emprego e melhoria das suas condições de vida.***
- 2. UPI consciente de que a ação do Estado (políticas públicas) é necessária, útil e importante para o seu desenvolvimento, fortalecimento e proteção social dos proprietários e dos trabalhadores e predisposta a manter uma relação de confiança com o Estado.***



## 2.2. Operacional – ações de informação/sensibilização:

Definição dos conteúdos, técnicas, métodos e suportes de trabalho comunicativo com as IUP, devendo incluir, entre outras, as vantagens concretas da formalização (garantia do rendimento provisório de substituição, subsídio de desemprego, acesso às prestações sociais, facilidades para fiscais e fiscais, etc.) e as desvantagens de operar fora do sistema (desemprego, perda de rendimento, desequilíbrio emocional, dependência de terceiros para a satisfação de necessidades básicas, desconsideração social, etc. ).

Resultado esperado:

1. **As Unidades de Produção Informal conscientes da importância da formalização da sua atividade e comprometidas em pagar impostos e a contribuição para a segurança social.**
2. **As Unidades de Produção Informal conscientes de que a melhor proteção da sua atividade e das famílias é estarem inseridas formalmente do sistema, protegendo-se e contribuindo para que o Estado possa também auxiliar os mais desprotegidos.**

## X. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

ACTIVIDADE	INÍCIO	TÉRMINO	RESPONSÁVEL	PARCERIAS
<b>APROVAÇÃO DA NOTA CONCEITUAL: INSTRUMENTO DE REFERÊNCIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS-PILOTO E DO PROGRAMA NACIONAL</b>				
Apresentação da Nota Conceitual do Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal à Formal ao Conselho de Concertação Social	maio/20	maio/20	Vice-Primeiro Ministro	Plataforma das ONG
Aprovação da Nota Conceitual do Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal à Formal	maio/20	maio/20	Conselho de Ministros	



<b>LANÇAMENTO PÚBLICO DO PROGRAMA NACIONAL INTEGRADO DE TRANSIÇÃO</b>				
Apresentação da Nota Conceitual do Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal à Formal	mai/20	mai/20	CI GETIF	
Apresentação do vídeo institucional (logotipo, slogan, material promocional)	mai/20	mai/20		
<b>Criação do Comité Nacional de Coordenação do Programa e empossamento dos seus membros</b>	<b>mai/20</b>	<b>mai/20</b>	<b>CI GETIF</b>	
Criação dos Conselhos Municipais de Transição da Praia, Santa Catarina de Santiago e do Sal e empossamento dos seus membros	m/20	mai/20	CI GETIF	
Criação e instalação das Unidades Técnicas da Praia, Santa Catarina de Santiago e do Sal	mai/20	mai/20	M Finanças	
Produção do material promocional e de comunicação/suporte (TV/Rádio/Autodoor...)	mai/20	mai/20	M.Finanças	Empresas especializadas
Lançamento do concurso para recrutamento e seleção dos Facilitadores Locais	mai/20	jun/20	Comité Nacional	Plataforma das ONG
<b>IMPLEMENTAÇÃO DA 1ª FASE DO PROGRAMA NOS CONCELHOS DA PRAIA, SANTA CATARINA DE SANTIAGO E SAL Maio a Dezembro 2020</b>				
Mapeamento e caracterização das UPI existentes na Praia e Santa Catarina (diagnóstico rápido)	mai/20	mai/20	Unidades Técnicas	Plataforma das ONG
Criação da plataforma dos operadores das Unidades de Produção Informal: carregamento e listagens	mai/20	mai/20	GETIF, M.Finanças	Empresas especializadas
Seminários/Ateliers locais para a validação do Relatório/diagnóstico da situação das UPI (Praia, Santa Catarina e Sal)	m/20	jun/20	Conselhos Municipais	Plataforma das ONG
Seminário/Atelier conjunto de validação do Relatório/diagnóstico da situação das UPI : consensualização dos aspetos comuns e da metodologia de intervenção comum aos três Concelhos.	jun/20	jun/20	Comité Nacional, CM, UT	Plataforma das ONG
Implementação das ações de sensibilização e de apoio à transformação/transição no terreno de cada UPI - <b>massificação da campanha de formalização</b>	jun/20	jun/20	Unidades Técnicas	Plataforma das ONG
Atividades de capacitação/formação dos responsáveis das UPI transformadas (sociedades por quotas, unipessoais e cooperativas).	jun/20	dez/20	Unidades Técnicas	Plataforma das ONG
Assistência técnica e apoio à gestão às novas empresas, associações de representação ou organizações de prestação de serviços comuns aos associados	jun/20	dez/20	Unidades Técnicas	Plataforma das ONG
Avaliação a meio-percurso da <b>1ª fase do Programa</b>	ago/20	ago/20	GETIF, Comité Nacional	Plataforma das ONG
Avaliação final da execução <b>da 1ª Fase do Programa</b> e aprovação do roteiro nacional e transição da economia informal à formal	jan/21	jan/21	GETIF e todos os atores	Plataforma das ONG

### **CALENDÁRIO DE ACTIVIDADES (Continuação)**

<b>ACTIVIDADE</b>	<b>INÍCIO</b>	<b>TÉRMINO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PARCERIAS</b>
<b>ESTUDOS/ATUALIZAÇÕES E OUTROS INSTRUMENTOS DE APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSIÇÃO</b>				
Revisão do Regime jurídico do REMPE	mai/20	jun/20	M. Finanças	CI GETIF
Novo estudo sobre atividade informal em contexto de crise económica pós-COVID 19	ago/20	out/20	GETIF	INE



Criação da plataforma dos operadores das Unidades de Produção Informal: carregamento e listagens	mai/20	mai/20	GETIF	Empresas especializadas
<b>IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL INTEGRADO PARA A ACELERAÇÃO DA TRANSIÇÃO : EXTENSÃO PARA OS RESTANTES 19 CONCELHOS</b>				
Elaboração e aprovação do Programa Nacional de Transição 2020/2023 e do respetivo roteiro nacional para a extensão aos restantes 19 Concelhos	jan/21	jan/21	GETIF/ Comité Nacional de Coordenação	Plataforma das ONG
Criação dos Conselhos Municipais de Transição em 19 novos Municípios e empossamento dos seus membros	jan/21	jan/21	CI GETIF	Plataforma das ONG
Criação e instalação das Unidades Técnicas em 19 novos Municípios	jan/21	jan/21	M. Finanças	Plataforma das ONG
Abertura de concursos, seleção e recrutamento dos Facilitadores Locais	jan/21	jan/21	Conselhos Municipais	Plataforma das ONG
Elaboração dos Plano Operacionais Municipais de Transição	jan/21	fev/21	Conselhos Municipais	Plataforma das ONG
Elaboração dos Planos e Estratégias de Comunicação Municipais	jan/21	fev/21	Conselhos Municipais	Empresas especializadas
Implementação das ações de sensibilização e de apoio à transformação/transição no terreno de cada UPI - <b>massificação da campanha de formalização</b>	fev/21	dez/23	Unidades Técnicas	Plataforma das ONG
Avaliação a meio-percurso do Programa Nacional Integrado para a Transição da Economia Informal à Formal 2020-2023	dez/22	dez/22	GETIF	Plataforma das ONG
Novo inquérito ao sector informal	jan/23	mar/23	GETIF	INE
Avaliação Final do Programa Nacional Integrado para a Transição da Economia Informal à Formal 2020-2023. Conferência Nacional	mai/23	mai/23	Todos Intervenientes	Plataforma das ONG





## XI. DSCRIÇÃO DOS RECURSOS DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

### Produtividade

A produtividade da Unidade Técnica mede-se sobretudo pelo numero de Unidades de Produção Informal formalizadas por mês. Prevê-se assim que cada Facilitador formalize 50 UPI por mês.

### Distribuição das UPI a formalizar e das estruturas por Concelho/Região

O programa será efetivado por 11 Unidades Técnicas distribuídas por Concelhos/regiões segundo o Quadro N° 1 abaixo. As Unidades Técnicas terão no seu conjunto 11 gestores, 11 administrativos e 58 Facilitadores.

Quadro N° 1 Unidades Técnicas, pessoal, período e UPI por Concelho/Região

Concelho/Região	Gestor	Técnico administrativo /contabilidade	Facilitadores	Meses	UPI a formalizar
<b>Praia</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>11572</b>
1ª Fase	1	1	10	4	2000
2ª Fase	1	1	10	10	9572
<b>Santa Catarina de Santiago</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>14</b>	<b>2369</b>
1ª Fase	1	1	5	4	1000
2ª Fase	1	1	5	10	1369
<b>Sal</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>1011</b>
1ª Fase	1	1	5	6	1011
2ª Fase	0	0	0	0	0
<b>Santo Antão</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>1753</b>
<b>São Vicente</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>24</b>	<b>8507</b>
<b>São Nicolau</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>557</b>
<b>Boa Vista</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>527</b>
<b>Maio</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>450</b>
<b>Resto Santiago</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>4810</b>
<b>Fogo</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>1406</b>
<b>Brava</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>265</b>
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>58</b>		<b>33227</b>



Como ilustra o Quadro Nº 2 seguinte, na 1ª fase apenas 4.011 Unidades de Produção Informal serão formalizadas, o equivalente a 12% do universo. O ano 2021 é o ano central do programa, com cerca de 21.337 UPI formalizadas, o equivalente a 64% do universo e as restantes 24% sê-lo-ão no ano 2022.

*Quadro Nº 2. UPI a formalizar por concelho/Região entre 2020 e 2022*

<b>Concelho/Região</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>Total</b>
Praia	2000	6000	3572	11572
Santa Catarina de Santiago	1000	1369		2369
Sal	1011			1011
Santo Antão		1753		1753
São Vicente		4200		4200
São Nicolau		557		557
Boa Vista		527		527
Maio		450		450
Resto Santiago		4810		4810
Fogo		1406	4307	5713
Brava		265		265
<b>TOTAL</b>	<b>4011</b>	<b>21337</b>	<b>7879</b>	<b>33227</b>
<b>Total (%)</b>	<b>12,1</b>	<b>64,2</b>	<b>23,7</b>	<b>100</b>

A 1ª fase cobre apenas Praia, Santa Catarina de Santiago e Sal. Nesta fase fica concluída a transição das UPI deste último concelho. Em 2021, que é o ano central do programa, todos os outros concelhos/regiões, concluem a formalização, com exceção de Praia e São Vicente que concluem em 2022.



## XII. ORÇAMENTO

Orçamento do «Programa Nacional Integrado de Aceleração da TIF 2020-2023»

NUM	ACTIVIDADES	TOTAL	2020	2021	2022	2023
1	<b>Formalização</b>					
	<b>Custos fixos com o pessoal</b>	<b>84968210</b>	14394090	53377940	16060440	1135740
	1ª fase	14394090	14394090			
	2ª fase	70574120	0	53377940	16060440	1135740
2	<b>Inquérito ao sector informal pós-pandemia da COVID-19</b>	8000000	8000000			
3	Consolidação empresas criadas na 1ª fase	1000000	1000000			
4	Assistência técnica Plataforma das ONG de Cabo Verde	7000000	1361111	2333333	2333333	972222
5	Estratégia de comunicação e mobilização	200000	200000			
6	Produção do material promocional e de comunicação/suporte (TV/Rádio/Autodoor...)	1000000	120717	688772	175857	14655
7	Criação da plataforma dos operadores das Unidades de Produção Informal (1) e da Plataforma de Formalização	2000000	2000000			
8	Seminário conjunto de validação do relatório/diagnóstico da situação das UPI Concelhos 1ª fase	185124	185124			
9	Implementação das ações de sensibilização e de apoio à transformação/transição no terreno das UPI	1000000	120717	688772	175857	14655
10	Capacitação/formação responsáveis das UPI (sociedades por quotas, unipessoais e cooperativas)	2000000	241433	1377544	351713	29309
11	Avaliação a meio-percurso do Programa Nacional TIF 2020-2023	1391712			1391712	
12	<b>Novo inquérito ao sector informal pós-programa TIF</b>	10000000				10000000
13	Avaliação Final do Programa Nacional TIF 2020-2023. Conferência Nacional	1419547				1419547
14	Comunicação	1272000	209000	837000	216000	10000
15	Transporte	452700	70800	314700	67200	0
16	Tablet	800000	260000	540000		
17	Consumíveis	375600	58800	261600	55200	0
18	22 Labtops para 11 Gestores e 11 Administrativos/contabilidade	1320000	360000	960000		
	<b>TOTAL</b>	<b>124384893</b>	<b>28581792</b>	<b>61379661</b>	<b>20827312</b>	<b>13596128</b>



O orçamento global eleva-se a **124.384.893 CVE**. Deduzidas as despesas de salários e comunicação dos membros da Unidade Nacional de Coordenação que efetivamente não são novos custos o orçamento baixo para **105.480.183 CVE**.

Sugere-se vivamente que os Gestores e Administrativos/contabilistas das Unidades Técnicas sejam providos por mobilidade dos Serviços Desconcentrados do Estado ou mesmo da Administração Central. Assim as únicas despesas novas com remunerações referem-se aos Facilitadores e o orçamento reduz-se para **86.440.183 CVE**.

A maior parte ou seja 72% do orçamento do programa é absorvida por atividades da 1ª fase e do primeiro ano da 2ª fase. Assim cerca de 80% das despesas com o pessoal são absorvidas nesse período, sendo 82% para as despesas com a comunicação e 85% das despesas de transporte. O ano 2021, é o ano central do programa, absorvendo cerca de 49% do orçamento do programa. O orçamento do último ano representa apenas 11% do orçamento do programa, o que se explica pelo facto de nesse ano apenas funcionar a Unidade Nacional de Coordenação e as atividades resumirem-se à avaliação final do programa, incluindo o novo inquérito ao sector informal

## DESPESAS COM O PESSOAL 2020-2023

DESPESAS	TOTAL	2020	2021	2022	2023
DESPESAS COM O PESSOAL	84968210	14394090	53377940	16060440	1135740
DESPESAS C PESSOAL QUE PODE SER PROVIDO POR MOBILIDADE	40635710	7494090	22845440	9160440	1135740
NOVAS DESPESAS COM O PESSOAL	44332500	6900000	30532500	6900000	0
OUTRAS DESPESAS	39416683	14187702	8001721,1	4766872	12460388
<b>DESPESAS OBRIGATÓRIAS COM O PESSOAL</b>	<b>83749183</b>	<b>21087702</b>	<b>38534221</b>	<b>11666872</b>	<b>12460388</b>
<b>Pessoal</b>	<b>Total</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Gestores	12880000	2070000	9430000	1380000	0
Administrativos/contabilidade	9016000	1449000	6601000	966000	0
Facilitadores	44332500	6900000	30532500	6900000	0
Total Unidades Técnicas	66228500	10419000	46563500	9246000	0
Unidade Nacional de Coordenação (UNC)	18739710	3975090	6814440	6814440	1135740
<b>TOTAL DESPESAS COM O PESSOAL</b>	<b>84968210</b>	<b>14394090</b>	<b>53377940</b>	<b>16060440</b>	<b>1135740</b>



As despesas com o pessoal elevam-se a 84.968.210 CVE e representam assim cerca de 68% do orçamento do programa, variando entre 50% na primeira fase, atingindo o máximo de 87% em 2021 e decaem para 77% em 2022 e atingindo o mínimo de 8% em 2023, ano em que apenas funciona a Unidade Nacional de Coordenação, pois todas as Unidades Técnicas terão concluído a sua missão em 2022.

As Unidades Técnicas absorvem o essencial ou seja cerca de 78% do orçamento do pessoal, sendo 72% em 2020, 87% em 2021 e 58% em 2022.

Os Facilitadores absorvem pouco mais de metade (52%) das despesas com o pessoal, variando entre 48% em 2020, atingindo o máximo de 57% em 2021 e concluindo em 43% em 2022. Representam cerca de 2/3 das despesas do pessoal das Unidades Técnicas variando entre 66% em 2020 e 2021 e terminando o ciclo no valor máximo de 75% em 2022.

## **NOTA JUSTIFICATIVA**

### **CUSTOS FIXOS COM O PESSOAL**

#### **PRIMEIRA FASE**

##### **Unidade Nacional de Coordenação**

O salário mensal de referência do Coordenador é de 163.000 CVE, sendo 80% ou seja 130.400 CVE para os dois especialistas e 80% destes para o Responsável administrativo. Foram calculados por um período de 7 meses e incluindo a contribuição de 15% para a previdência social.

##### **Unidades Técnicas**

O salário mensal de referência do Gestor é 100.000 CVE, sendo 70.000 CVE para o técnico administrativo/contabilidade e 50.000 para os facilitadores. Foram calculados por um período de 6 meses e incluindo a contribuição de 15% para a previdência social. Prevê-se nesta primeira fase, 1 Gestor, 1 técnico administrativo/contabilidade para as 3 Unidades Técnicas, ou seja, da Praia, Santa Catarina de Santiago e do Sal respetivamente, 10 facilitadores para a Unidade Técnica da Praia e 5 para as duas outras.



## **SEGUNDA FASE**

### **Unidade Nacional de Coordenação**

Na 2ª fase mantém-se as mesmas condições para os membros da **Unidade Nacional de Coordenação**, sendo o período de 26 meses.

### **Unidades Técnicas**

Na 2ª fase mantém-se as mesmas condições para os membros da Unidade Técnica, sendo o período variável conforme quadro seguinte:

## **CUSTOS COM A COMUNICAÇÃO**

### **Unidade Nacional de Coordenação**

Os subsídios mensais de comunicação são de 2.000 CVE para o Coordenador e 1000 CVE para os especialistas e o responsável administrativo.

### **Unidades Técnicas**

Os subsídios mensais de comunicação são de 2.000 CVE para os Gestor e 1000 CVE para os administrativos/contabilidade e os facilitadores.

## **TRANSPORTE**

Não se prevê qualquer subsídio de transporte para os membros da Unidade Nacional de Coordenação. Os subsídios mensais de transporte são exclusivamente para os membros das Unidades Técnicas sendo 300 CVE para os Gestores e os administrativos/contabilidade e 500 CVE para os facilitadores.

## **TABLET**

Prevê-se atribuir um Tablet de 10.000 CVE a cada Gestor, administrativos/contabilidade ou facilitador, visando sobretudo o carregamento da





plataforma de operadores informais e de seguida de inscrição no REMPE ou em outras modalidades de formalização.

## **CONSUMÍVEIS**

Prevê-se atribuir despesas mensais com consumíveis no valor de 300 CVE para o Gestor, o mesmo valor para o administrativo/contabilidade e 400 CVE para o facilitador.

## **INSTALAÇÕES**

As Unidades Técnicas serão instaladas nos Centros de Emprego, nas instalações do INPS, ou então nas Delegações do Ministério da Agricultura existentes em todos os Concelhos de Cabo Verde, sem custos adicionais em matéria de água e energia.

## **PROVIMENTO DO PESSOAL**

Os custos fixos com o pessoal da Unidade Nacional de Coordenação já estão cobertos, pois será trata-se de pessoal em serviço no Gabinete do Vice-Primeiro Ministro ou a prover por mobilidade.

Propõe-se, inclusive que os Gestores e administrativos/contabilidade das Unidades Técnicas, sejam providos por mobilidade dos Serviços Desconcentrados do Estado ou mesmo dos Serviços Centrais da Administração Pública.

## **EVENTOS**

O Seminário/Atelier conjunto de validação do Relatório/diagnóstico da situação das UPI para a consensualização dos aspetos comuns e da metodologia de intervenção comum aos dois Concelhos-piloto será realizado na Cidade da Praia com a duração de 1 dia. Prevê-se assim viagens Sal/Praia de avião para os 7 membros da Unidade Técnica do Sal, bem como ajudas de custos para 2 dias e outros custos de fornecimentos no valor de 300 por cada participante. Não acarreta custos com salas ou produção de eventos.

A Avaliação a meio-percurso do Programa Nacional Integrado para a Transição da Economia Informal à Formal 2020-2023 será feito por um **atelier nacional** realizado



na Cidade da Praia com a duração de 1 dia. Prevê-se assim viagem ida/volta de avião para todos os membros das Unidades Técnicas das Ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Fogo e Brava. Prevê-se ainda para estes ajudas de custos para 2 dias. Prevê-se outros custos de fornecimentos no valor de 300 por cada participante dos 22 Concelho de Cabo Verde. O atelier nacional não acarreta custos com salas ou produção de eventos.

A Avaliação final do Programa Nacional Integrado para a Transição da Economia Informal à Formal 2020-2023 será objeto de uma **Conferência Nacional** realizada na Cidade da Praia com a duração de 1 dia. Prevê-se assim viagens ida/volta de avião para todos os membros das Unidades Técnicas das Ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Fogo e Brava. Prevê-se ainda para estes ajudas de custos para 2 dias. Prevê-se outros custos de fornecimentos no valor de 300 por cada participante dos 22 Concelho de Cabo Verde. O atelier nacional não acarreta custos com salas ou produção de eventos.

## **CONSOLIDAÇÃO EMPRESAS CRIADAS NA 1ª FASE**

As atividades de capacitação/formação dos responsáveis das UPI transformadas (sociedades por quotas, unipessoais e cooperativas) compreenderão ações de formação e assistência técnica estimadas em cerca de 1000.000 CVE. O processo será montado pela Unidade Nacional de Coordenação com assistência técnica da Plataforma das ONGs e as ações de capacitação/formação serão realizadas pelos Centros de Emprego e Formação Profissional dos 22 Concelhos.

## **ASSISTÊNCIA TÉCNICA PLATAFORMA DAS ONG DE CABO VERDE**

Os honorários da assistência técnica prestada pela Plataforma das ONGs de Cabo Verde são fixados em 4.000.000 CVE, sendo as modalidades de pagamento estabelecidas no contrato a celebrar e nos respetivos cadernos de encargos.

## **ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO**

Será encomendada a especialistas da praça, uma proposta de estratégia de comunicação para o Programa Nacional Integrado para a Transição da Economia Informal à Formal 2020-2023 e prevê-se uma contraprestação de 200.000 CVE para esse serviço.



## **PRODUÇÃO DO MATERIAL PROMOCIONAL E DE COMUNICAÇÃO**

Para a execução da estratégia nacional de comunicação e em específico dos planos municipais de comunicação e mobilização será produzido material promocional e de comunicação, gráficos e audiovisuais, através de serviços de empresas da praça. Prevê-se o valor de 1.000.000 CVE para as despesas com esses serviços.

## **PLATAFORMAS INFORMÁTICAS**

Será criada uma Plataforma dos operadores das Unidades de Produção Informal, que será uma base de dados destes, sendo o carregamento realizado pelos Facilitadores, dados esses que servirão para o a elaboração do perfil das UPI, e sobretudo para o rastreio. Será também criada uma Plataforma de Formalização que será instalada nos Tablets dos membros das Unidades Técnicas sendo sobretudo utilizado pelos Facilitadores para a formalização no terreno. Serão criadas com recurso a empresas da área da informática da praça, prevendo-se o valor de 2.000.000 de CVE para esse serviço.

## **EQUIPAMENTO INFORMÁTICO**

Serão adquiridos 22 Labtops para os 11 Gestores e 11 Administrativos/contabilidade das Unidades Técnicas no valor global de 1.320.000 CVE

## **XIII. MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DAS UPI FORMALIZADAS**

A Unidade Nacional de Coordenação do Programa Nacional Integrado para a Transição da Economia Informal à Formal 2020-2023 elaborará uma proposta de mecanismos de financiamento das empresas formalizadas, no âmbito do Ecossistema de Financiamento da Economia. As modalidades de execução de alguns programas em curso como o Rendimento Social de Inclusão poderão ser alteradas para promover a formalização dos operadores informais membros de agregados familiares beneficiários.